



PRÉDIOS EM JARDIM CAMBURI: moradores querem novos limites para evitar o crescimento exagerado do bairro

PDU

Prédios mais baixos em Jardim Camburi

Moradores do bairro querem limite de 8 andares para novos prédios na região. Regras serão revisadas em 2015

Giordany Bossato

Moradores de Jardim Camburi querem estabelecer um limite de oito andares para os prédios que vão ser construídos no bairro — atualmente na região existem construções que têm até 20 andares. A intenção é que o limite seja estabelecido no Plano Diretor Urbano de Vitória, que deve ser revisado em 2015.

Para o secretário da Associação de Moradores de Jardim Camburi, Evandro Figueiredo, a medida tem o objetivo de controlar o crescimento populacional da região.

“Em pouco tempo, Jardim Camburi saltou de 23 mil moradores

para 43 mil. Porém, os nossos equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde, continuaram os mesmos, sem contar o trânsito, que está caótico em toda a região”, reclamou o morador do bairro, que faz parte do conselho que irá discutir os pontos do PDU na região.

Para Figueiredo, se o crescimento continuar nessa mesma proporção, em cerca de 10 anos o bairro terá aproximadamente 80 mil moradores. “Nós temos que pensar na qualidade de vida de quem mora por aqui. Se não pensarmos em alguma mudança nos próximos anos, o bairro vai explodir”, analisou Evandro Figueiredo, que é funcionário público.

A questão tem levantado polêmica, já que empresários de construtoras argumentam que essa mudança poderá levar à desvalorização dos imóveis da região. Figueiredo discorda. “Se diminuir o número de apartamentos à venda e a procura continuar igual a que existe hoje, haverá valorização dos

imóveis do bairro”, finalizou.

PDM

Em Vila Velha, a questão do Plano Diretor Municipal segue indefinida. Na quarta-feira, o Ministério Público Estadual pediu o arquivamento do Projeto de Lei nº 035/2013, que regulamenta os parâmetros urbanísticos, índices construtivos e demais elementos para obras e projetos no município.

O arquivamento foi proposto antes mesmo da votação acontecer na Câmara de Vereadores. Mas ela aconteceu normalmente e terminou com parecer favorável ao projeto de lei.

De acordo com a nota emitida pelo MP-ES, o arquivamento foi proposto porque não foram realizadas audiências públicas para dar publicidade e permitir a participação dos moradores de Vila Velha na alteração do PDM.

A prefeitura municipal informou, por meio da assessoria de imprensa, que vai se pronunciar sobre o caso na próxima segunda-feira.